



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Secretaria de Município do Desenvolvimento Primário

TERMO DE REFERÊNCIA DOS QUARTOS DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL

1- Licitação para concessão de uso oneroso dos quartos 07, 08e09, 18 localizado no Mercado Público Municipal sito a Rua General Osório s/nº, observando-se a seguir os principais itens.

1.2 – O quarto nº 07 destinar-se-á para o ramo de **pastelaria, choperia, petiscos e frutos do mar** com área de 45,94m²; O quarto nºs 8,9 para o ramo de **restaurante especializado em rodízio de massas** de com área de 53,96m²; e quarto nº 18 para o ramo **restaurante especializado gastronomia regional**, com área de 45,11m².

1.3 - O valor mensal mínimo de locação para o quarto nº07 será de R\$ 910,03 (Novecentos e dez reais e três centavos) e será reajustado anualmente, a partir da data de assinatura do contrato, pelos índices vigentes de variação da (URM) Unidade de Referência Municipal. O valor mensal mínimo de locação para o quarto nºs 08, 09 será de R\$ 1.068,95 (Mil e sessenta e oito reais e noventa e cinco centavos) e reajustado anualmente a partir da assinatura do contrato, pelo índice da variação da (URM) Unidade de referência Municipal. O valor de locação para o quarto nº18 será de R\$ 893,63 (Oitocentos e noventa e três reais e sessenta e três centavos) e reajustado anualmente a partir da assinatura do contrato, pelos índices vigentes da variação anualmente da (URM) Unidade de Referência Municipal.

1.4 - O prazo de locação será de 10 (DEZ) anos a contar da assinatura do contrato tendo em vista que as obras necessárias a ser executada serão de inteira responsabilidade do vencedor do presente processo licitatório, seu custo não será abatido no valor das prestações mensais;

1.5 - O valor mensal da concessão, deverá ser pago na Secretaria de Município da Fazenda - SMF;

1.6 – Em caso de atraso no pagamento mensal, será aplicada multa equivalente a 10 % (dez por cento) do valor do débito, acrescida de juros legais;

1.7 – Declaração expressa de que, se vencedor da licitação, manterá as características da referida dependência, obedecendo-se o padrão existente, bem como todos os pagamentos relativos às despesas decorrentes da instalação, uso e manutenção do bem imóvel, ora cedido, bem como tributos municipais, estaduais, taxas de água, esgoto, luz, condomínio de energia elétrica encargos sociais e outros que por ventura vierem a surgir;

1.8 - A área do quarto nº 07 é de 45,94m²; quarto nº 08e 09 é de 53,96m² e do quarto nº 18 é de 45,11m², não será permitido alterar as características arquitetônicas das



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Secretaria de Município do Desenvolvimento Primário

dependências, bem como a colocação de produtos fora da área mencionada constituindo-se motivo para a imediata rescisão;

1.9 - A proposta vencedora será a que ofertar melhor preço; as propostas com valor inferior ao estabelecido no edital serão desconsideradas;

1.10 - Declaração expressa de que se vencedor da licitação, obrigar-se-á a manter o local em perfeito estado de conservação e uso, com água e energia elétrica, e que tem pleno conhecimento do Decreto nº 13.335, de 04 de maio de 2015, que regulamenta a organização e o funcionamento das dependências do Mercado Público Municipal.

1.11 - Declaração expressa da aceitação das condições deste Edital, sem restrição de qualquer natureza e de que é conhecedor das disposições gerais especiais previstas nos artigos 81 a 85 da Lei Federal nº 8.666/93, aplicam-se ao presente contrato e adendos dele oriundos;

1.12 - O prazo de pagamento da concessão será até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido;

1.13 - Não será permitido alterar a razão social e também o ramo de atividade, durante o período de vigência da presente concessão. O seu descumprimento autorizará a rescisão de imediato do contrato;

1.14 - Todas as obras necessárias, serão executadas de conformidade com MEMORIAL DESCRITIVO DA REFORMA SIMPLIFICADA ANEXA AO PRESENTE com autorização pela concedente e fiscalizada com projeto aprovado pela Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento – SMCP. Os custos das obras realizadas não serão abatidos no valor das prestações mensais das locações;

1.15 - As benfeitorias e as obras realizadas, desde que autorizadas, não terão direito a indenização no final do contrato, eis que as mesmas passam a integrar o patrimônio do Município;

1.16 - Devolver o imóvel em perfeitas condições de uso, no prazo improrrogável de dez anos, independente de notificação judicial ou extrajudicial;

1.17 - A contratada, na vigência do contrato, será a única responsável, perante terceiros, excluindo a municipalidade de qualquer reclamação e indenização:

1.18 - Qualquer cessão, subcontratação ou transferência, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais cabíveis;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Secretaria de Município do Desenvolvimento Primário

1.19 - Manter o comércio em perfeito funcionamento, durante os doze meses de cada ano do contrato, sem interrupção, sendo que o seu descumprimento sem qualquer justificativa devidamente comprovada sujeitará à aplicação de uma multa diária de 500URM, Unidade de Referência Municipal pelo lapso de tempo devidamente comprovado;

1.20 - O não cumprimento reiterado de cláusulas contratuais constituirá motivo para a plena rescisão do contrato;

1.21 - Atestado de visita ao local, declarando que concorda em efetuar todas as obras de conformidade com Memorial Descritivo da reforma simplificada dentro do prazo estabelecido, antes de iniciar as atividades comerciais, bem como as exigências de funcionamento da Secretaria de Município da Saúde - SMS. Vigilância Sanitária, igualmente, ciente que a assinatura do Termo de ocupação do imóvel será após a conclusão da obra com a aprovação dos técnicos responsáveis pelo projeto de restauro, obtenção do alvará dos Bombeiros e liberação pela SMF do alvará de funcionamento. A visita a dependência pelo participante deverá ser agendada junto a SMPD e realizada em até (dois) dias antes da data de abertura das propostas, após a data fixada não será fornecida mais atestado de visita;

1.22 – Serão vedados às participações de pessoas jurídicas, enquadradas nas disposições do Art.9º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

1.23 – Poderão participar da licitação pessoas jurídicas, que atenderem às exigências do Edital.

1.24 – Não será permitida a colocação e comercialização de mercadorias fora da dependência locada ou colocação mesas e cadeiras no passeio público (calçada);

1.25– Executar toda a instalação da rede GLP, por firma especializada junto às centrais de gás, dos quartos nº 07 e 18.

1.26 – Ao ser homologado o vencedor o mesmo terá até (cinco) dias úteis para assinar o Termo de Contrato, ficando condicionada a liberação do início da execução da obra a referida assinatura. Igualmente, cabe salientar somente após a conclusão da execução da obras em conformidade com o Memorial descritivo da reforma simplificada do quarto, com o devido termo de recebimento definitivo da obra pelos técnicos responsáveis pelo projeto, e a Secretária de



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Secretaria de Município do Desenvolvimento Primário

Município de Desenvolvimento Primário obter ao alvará dos bombeiros e a Secretária de Município da Fazenda liberar o Alvará de funcionamento será assinado o termo de ocupação do imóvel dando assim início a cobrança do valor da locação e a vigência do período de ocupação.

José Le Omar Soares
Secretário de Município de Desenvolvimento Primário